

## ONDE OS SOTAQUES NÃO TÊM VEZ? POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PERCEBIDAS NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

Rafaela Cristina Oliveira de Andrade (PROLING/UFPB/NEPEL)  
rafaela.oliveirandrade@hotmail.com

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (PROLING/UFPB/NEPEL)  
sclaudiats@gmail.com

Cynthia Israelly Barbalho Dionísio (UFPB/NEPEL)  
cynthiadionisio@live.com

### Introdução

A investigação em torno das políticas linguísticas no contexto da mídia tem se constituído um campo de investigação profícuo. Sem a pretensão de sermos exaustivas, é possível citar, por exemplo, o trabalho de Johnson (2010) que investiga as ideologias divulgadas na mídia sobre a educação escolar bilíngue no Estado do Arizona (EUA) e a promoção da campanha da Proposição 203<sup>1</sup>; o de Kelly-Holmes, Moriarty, Pietikäinen (2009) que analisam as convergências e divergências nas regulações de três línguas (basco, irlandês e sámi) no contexto midiático. Destacamos, ainda, a obra organizada por Cormark e Hourigan (2007) que apresenta um conjunto de artigos que discutem a relação entre mídia, políticas linguísticas e línguas minoritárias.

No contexto brasileiro, embora não esteja rotulado na área de Política Linguística, ressaltamos o trabalho de Leite (2008) que investiga as marcas do preconceito e intolerância linguística no discurso da imprensa, deixando claro para os leitores as crenças e ideologias em relação a que variedade de língua portuguesa é valorada na mídia; o trabalho de Scoparo e Miqueletti (2014) que revela como a mídia propaga o preconceito linguístico ao enfatizar a crença de que domínio da norma padrão promove a ascensão social.

A presente pesquisa, inserida no campo do conhecimento de Linguística Aplicada e, mais especificamente, na área de Política e Planejamento Linguístico (doravante PPL), tem como objetivo investigar as políticas linguísticas percebidas dos estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em relação ao uso do sotaque no telejornalismo. Nessa perspectiva, este trabalho dá continuidade ao veio de pesquisas que analisa as crenças e ideologias sobre a língua e suas variedades no domínio da mídia, contudo se diferencia das que foram anteriormente citadas na medida em que enfoca as vozes de estudantes de Jornalismo. Isso não quer dizer que estudos que abordem a valoração em relação a que sotaque deve ser utilizado no telejornalismo não tenham sido objeto de estudo. Um exemplo é o trabalho de Lopes *et al* (2013) que identificou as preferências dos alunos do Curso de Fonoaudiologia da UFPB, já o presente trabalho irá investigar as crenças de futuros profissionais de Jornalismo que, provavelmente, se depararão com a realidade de utilizar um sotaque “suavizado” ou um sotaque regional em suas atividades laborais.

Para a realização do objetivo pretendido, elaboramos um instrumento de coleta de dados, constituído de duas partes: a primeira com excertos de discursos contrárias e favoráveis à padronização da fala, retirados da obra de Medeiros (2006)<sup>2</sup>, e a segunda com uma questão aberta sobre a presença do sotaque regional no telejornalismo. Foi solicitado aos alunos que escrevessem um texto argumentativo para responder ao que foi proposto, havendo apenas a prescrição de que deveriam se posicionar a favor ou contra a padronização da fala. O

---

<sup>1</sup> A Proposição 203 defende a ideia de que a educação bilíngue impede a aprendizagem da língua inglesa pelos estudantes que falam línguas minoritárias.

<sup>2</sup> O livro de Ana Lúcia Medeiros intitulado “Sotaques na tv” analisa como a diversidade linguística é apresentada no telejornalismo e nas telenovelas a partir de depoimentos de atores e jornalistas.

contexto de produção desses textos aconteceu no semestre de 2014.1, durante a disciplina de Redação e Expressão Oral II na qual uma das pesquisadoras era professora<sup>3</sup>. Participaram do processo de coleta de dados, 34 (trinta e quatro) alunos que foram posteriormente codificados com a letra C indicando colaborador e um número cardinal (C01, C02...) a fim de preservar suas identidades. Nosso *corpus* constituiu-se de 33 (trinta e três) produções textuais, sendo excluída apenas 01 (uma) porque não continha a resposta requerida no instrumento de coleta de dados. Os textos produzidos caracterizaram-se por uma extensão que variou entre 53 (cinquenta e três) palavras e 492 (quatrocentas e noventa e duas) palavras.

Para a análise dos dados, identificamos os conteúdos temáticos presentes no plano global do texto e posteriormente os agrupamos em categoriais. Selecionamos as categorias recorrentes que representaram as políticas linguísticas percebidas (as crenças) dos estudantes de Jornalismo sobre o sotaque na tv. Esses resultados foram depois organizados em gráficos a fim de torná-los mais visíveis em nossa análise. Considerando que nos textos dos alunos emergiram mais de uma crença, esses dados foram quantificados mais de uma vez.

Organizamos o presente trabalho em duas grandes partes afora as considerações iniciais e finais: na primeira, discutimos definições fundamentais de política linguística, consideradas importantes para o alargamento dos horizontes dessa área de estudo; na segunda, desenvolvemos a análise sobre as crenças em relação à padronização da fala do telejornalismo a partir da análise dos dados fornecidos pelos colaboradores da pesquisa.

## 1. Sobre a noção de política linguística

A investigação acadêmica em PPL constituiu-se há um tempo relativamente curto em comparação com outras áreas dos estudos da linguagem, notadamente a partir da década de 1960 (RICENTO, 2000; SPOLSKY, 2012; JOHNSON, 2013). No âmbito acadêmico brasileiro, o próprio termo “política linguística” começou a circular de maneira sistemática apenas recentemente, conforme aponta Oliveira (2007). Não há um consenso sobre as formas de nomeação da área, que é bastante diversificada e pode ser encontrada na literatura como “planejamento linguístico”, “engenharia linguística”, “glotopolítica”, “gestão da língua”, dentre outras, cada uma alinhada a tradições de pesquisa distintas. No presente artigo, adotamos a terminologia utilizada por Ricento (2006) e Johnson (2013), que é Política e Planejamento Linguístico.

A história da constituição do campo mostra a pluralidade de definições propostas sobre o conceito de política e planejamento linguístico. Para o escopo deste trabalho, entretanto, selecionamos algumas que consideramos fundamentais para o alargamento de uma visão inicialmente centrada no Estado até a tendência que observa no comportamento linguístico individual ações de política linguística.

A noção atualmente mais utilizada em materiais introdutórios no Brasil é a de Calvet (2007). Para o autor, política e planejamento linguístico seriam um binômio, ou seja, duas etapas distintas e interdependentes. A política linguística seria a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade, enquanto o planejamento linguístico se referiria à implementação dessas decisões. Apesar de vários grupos serem capazes de elaborar uma política linguística, “[...] apenas o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas” (*idem*, p. 21), dados os meios de intervenção sobre as situações linguísticas de que dispõe, notadamente, o aparato legal. O autor distingue as intervenções *in vitro*, gestadas pelo poder estatal e

---

<sup>3</sup> Essa produção textual inseriu-se na unidade de estudo denominada Preconceito e Intolerância linguística. Nessa unidade, estabeleceu-se como objetivo identificar e analisar as marcas linguísticas do preconceito e da intolerância linguística em textos publicados na mídia.

realizadas pelos “linguistas em seus laboratórios” das *in vivo*, ou seja, das ações espontâneas dos falantes para resolver determinados “problemas de comunicação” do cotidiano. Essa definição é herdeira de uma tradição surgida com o próprio campo, que coloca o Estado como instância principal, se não única, de deliberação e implementação de políticas linguísticas, consideradas “de cima para baixo” (*top-down*).

Embora cronologicamente anterior e utilizando a terminologia “planejamento linguístico”, Cooper (1989, p. 45) apresenta uma definição mais ampla do conceito:

*Planejamento linguístico se refere aos esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros com respeito à aquisição, estrutura, ou alocação funcional de códigos de linguagem.* Essa definição não restringe os planejadores a agências autorizadas, nem restringe o tipo de público-alvo, nem especifica uma forma ideal de planejamento. (tradução de SOUSA, 2014, grifos originais do autor).

Observamos, assim, uma proposta que considera outras instâncias de deliberação e implementação de políticas linguísticas, não apenas “de cima para baixo” (*top-down*), mas também “de baixo para cima” (*bottom-up*). Nesse sentido, torna-se possível observar instituições supranacionais, as escolas ou mesmo indivíduos comuns como capazes de intervir no comportamento linguístico, seja quanto ao aumento no número de usuários, à forma ou às funções desempenhadas na sociedade.

Anos mais tarde, Schiffman (1996, 2006) propõe o conceito de cultura linguística, entendendo-a como “[...] a soma total de ideias, valores, crenças, atitudes, preconceitos, mitos, restrições religiosas e toda a “bagagem” cultural que os falantes trazem para sua vivência com a linguagem a partir de sua cultura [...]” (SCHIFFMAN, 2006, p. 112). Nesse sentido, a cultura seria compartilhada pelos membros integrantes de uma dada comunidade e, embora não determinista, afetaria o modo como os falantes lidam com as línguas. Essa proposta reverbera no conceito de política linguística proposto pelo autor:

É importante ver a política linguística não apenas como as decisões explícitas, escritas, overt, *de jure*, oficiais e “de cima para baixo” sobre a língua, mas também as ideias e suposições implícitas, não escritas, covert, *de facto*, “de baixo para cima” e não oficiais, que podem influenciar os resultados das decisões políticas tão enérgica e definitivamente como decisões mais explícitas (*ibidem*, tradução nossa).

A afirmação da existência de aspectos culturais imbricados à política linguística amplia radicalmente o escopo de análise, posto que trazem à cena as crenças, as ideologias e as práticas linguísticas da comunidade como forças capazes de influenciar ou alterar decisivamente os rumos das políticas tradicionalmente pensadas como decisões de governo. Em outras palavras, a política linguística repousaria na cultura linguística, ou seja, refletiria os elementos culturais de uma dada comunidade.

A visão das políticas linguísticas como reflexo da cultura linguística foi criticada por Johnson (2013). Outras críticas tratavam do uso problemático do termo “cultura”, já bastante amplo e circular. No entanto, como afirma Sousa (2014), a discussão trazida por Schiffman (1996, 2006) alargou o número de aspectos levados em consideração na análise de políticas linguísticas, justamente por evidenciar aspectos de natureza encoberta (*covert*) provenientes da cultura linguística. Mesmo assim, cabe mencionar que essas atitudes, crenças, preconceitos sobre a(s) língua(s) e suas variedades, que constituem a cultura linguística, não são consideradas política linguística em si, permanecendo como subsidiária daquela.

A autonomia das políticas linguísticas como construto teórico, a nosso ver, foi melhor desenvolvida por Spolsky (2004, 2009, 2012). O autor considera que a essência das políticas linguísticas são as escolhas feitas por indivíduos quanto à língua, dialetos ou estilos em suas interações diárias. Essas escolhas não são aleatórias, mas obedecem a um padrão pertencente à comunidade de fala da qual os indivíduos são membros. Por exemplo, não falar palavras em recintos religiosos pode ser identificado como uma escolha feita de acordo com a norma observada nas interações nesse ambiente, provocando coerções caso violada.

Spolsky propõe uma visão multidimensional das políticas linguísticas presentes em uma comunidade de fala, considerando as práticas, as crenças e ideologias, e a gestão da língua. Esses níveis de políticas linguísticas se relacionariam entre si de maneira altamente complexa e dinâmica, de modo que uma modificação em um deles pode causar efeitos também nos demais. De acordo com Spolsky (2004, p. 10), “[...] uma mudança imposta por uma política em um nível necessariamente se conecta com todos os níveis”<sup>4</sup>. A inovação dessa proposta, em comparação com a de Schiffman (1996, 2006), por exemplo, consiste em não considerar a dimensão das práticas e crenças apenas como parte da cultura linguística, mas como política linguística em si (JOHNSON, 2013).

As práticas linguísticas são as escolhas que os falantes fazem, de maneira mais ou menos consciente, quanto a traços fonéticos, lexicais, ou mesmo quanto à variedade ou língua utilizada em determinadas situações cotidianas como, por exemplo, a opção por determinada variedade para se dirigir ao interlocutor de uma língua para cumprir um propósito específico de comunicação etc. Essas escolhas não são aleatórias, mas obedecem a uma regularidade definida dentro das comunidades de fala e podem ser previstas. Spolsky considera que essa é a dimensão “real” das políticas linguísticas, sendo o que as pessoas realmente fazem com a língua no cotidiano. Bonacina-Pugh (2012) chama-as de “políticas linguísticas praticadas”. Um possível exemplo é o caso do uso da língua feito pelo âncora do “Domingo Espetacular” – revista eletrônica dos domingos da Rede Record, Paulo Henrique Amorim. O jornalista apresenta o jornal com o sotaque carioca, sem nenhuma preocupação com a neutralização do “chiado” em palavras como “pauli(x)ta”. Ele, ainda, “[...] observa que os profissionais de fala-padrão da TV não falam como o cidadão comum: têm fala artificial, teatralizada. Não aprova essa característica. Acha que o profissional deve falar com naturalidade.” (MEDEIROS, 2006, p. 40).

A dimensão das crenças se refere ao conjunto do que os falantes pensam sobre as práticas linguísticas, geralmente formando um consenso ideológico sobre o prestígio ou desprestígio de determinadas variedades, variantes ou línguas (SOUSA, 2014). Nas palavras de Spolsky (2004, p. 14), “de maneira simplificada, a ideologia linguística é a política linguística sem gestor, o que as pessoas pensam que deveria ser feito”<sup>5</sup>. Naturalmente, as crenças emergem das práticas e também podem influenciá-las, bem como decisões de intervenção explícita podem confirmá-las ou modificá-las. Bonacina-Pugh (2012) refere-se a essa dimensão como “políticas linguísticas percebidas”. Outra ilustração no domínio midiático é o perfil dos jornalistas do “Jornal Hoje” – jornal televisivo transmitido pela tv Globo, todas as tardes, de segunda à sexta. A escolha por uma linguagem mais despojada, menos formal e com abertura para posicionamentos pessoais, carrega uma crença de que as notícias que são veiculadas podem chegar com mais clareza ao telespectador<sup>6</sup>, sendo

---

<sup>4</sup> No original: “A policy-imposed change at one level necessarily is connected to all levels” (SPOLSKY, 2004, p. 10, tradução nossa).

<sup>5</sup> No original: “Put simply, language ideology is language policy with the manager left out, what people think should be done” (*idem*, p. 14, tradução nossa).

<sup>6</sup> “[...] telejornal, voltado principalmente para a dona de casa, a terceira idade e os jovens, e que tem como características a informalidade e a valorização da participação dos internautas”. Disponível em < <http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=213>>. Acesso em: 10 de set. de 2014.

catalisadas pela escolha de uma linguagem menos formal, em comparação a outros jornais da mesma emissora, como o “Jornal Nacional”. Nesse caso, o exemplo não se limita ao uso ou não de um padrão linguístico, mas as atitudes dos jornalistas frente à notícia também geram impressões acerca da língua.

Spolsky usa o termo “gestão da língua” (*language management*) para abarcar as decisões conscientes e explícitas de intervenção na(s) língua(s) por uma determinada figura que tem autoridade para tanto, seja um indivíduo, grupo ou instituição. Essa dimensão corresponderia ao que se entendeu tradicionalmente como *planejamento*, contudo, esse termo foi empregado nas origens do campo relacionado à correção de problemas linguísticos em comunidades multilíngues e questionado em virtude do etnocentrismo que reforçava (cf. RICENTO, 2000). Na televisão, especificamente, a gestão da língua se faz presente, por exemplo, quando determinado canal de transmissão decide regular o uso de determinadas expressões linguísticas de acordo com o horário. É comum a proibição de palavrões e outras expressões consideradas ofensivas ao público, como foi o caso recentemente da novela das 9h “Império”, do canal Globo, na qual os palavrões foram ou explicitamente censurados ou substituídos por expressões similares em inglês<sup>7</sup>.

A noção de domínio, inicialmente proposta por Fishman no âmbito da Sociolinguística, em 1972, também é aproveitada por Spolsky em seu modelo de política linguística. Cada domínio é caracterizado por seus *participantes*, *lugar* e *tópico*. Os participantes cumprem papéis sociais e estabelecem relações entre si no interior do domínio, por exemplo, na família, temos os pais, filhos, avós, dentre outros. Já o lugar se define como um espaço físico ou virtual que conecta a realidade física e social. Introduzir um participante de um domínio em outro pode causar constrangimentos, o que indica a existência de normas, por exemplo, quando um filho (domínio familiar) é funcionário da empresa do pai (domínio laboral) podem surgir questionamentos sobre a forma de tratamento mais adequada entre eles. Ainda, cada domínio possui assuntos característicos, ou tópicos, que se espera que sejam abordados de maneira apropriada. Podemos pensar no domínio universitário, por exemplo, no qual é consideravelmente desencorajado embasar os argumentos acadêmicos em convicções religiosas. Spolsky ainda acrescenta na categoria “tópico” a função comunicativa, ou seja, a razão pela qual os participantes se envolvem em situações de fala ou escrita.

O mais importante da noção de domínio para a teoria de políticas linguísticas é a ideia de que cada domínio possui suas próprias regulações, geridas internamente, mas consideravelmente afetadas por forças externas provenientes de outros domínios. Por exemplo, a decisão de casais, cujas línguas maternas são diferentes, sobre qual deve ser a língua de alfabetização de seu filho é tomada no domínio da família, mas sofre influência também das perspectivas de sucesso profissional, envolvendo os domínios escolar, universitário e laboral, por exemplo. Em outras palavras, cada domínio possui suas próprias políticas linguísticas. Spolsky (2004, 2009) costuma identificar os seguintes domínios: família, religião, trabalho, espaço público, escolas, instituições jurídicas e de saúde, militar, governamental (níveis local, regional e nacional), movimentos sociais e entidades supranacionais. Evidentemente, cada domínio comporta outros subdomínios. Por exemplo, no domínio religioso, temos as igrejas cristãs, mesquitas muçulmanas ou sinagogas judaicas, apenas para mencionar as religiões monoteístas.

Vendo a mídia como parte do espaço público, o autor observa as dificuldades inerentes à análise prática desse domínio, principalmente pelo número e diversidade de participantes envolvidos, sejam gestores ou audiência em potencial. De fato, na mídia interferem decisões governamentais bem como interesses do capital privado, ao mesmo tempo em que seu grande

---

<sup>7</sup> Cf. *Globo censura palavrões e beijo gay na novela Império*. Yahoo Entretenimento. 7 ago. 2014. Disponível em <<https://br.tv.yahoo.com/blogs/notas-tv/globo-censura-palavr%C3%B5es-e-beijo-gay-na-novela-133416045.html>>. Acesso em: 07 set. 2014.

poder de penetração em outros domínios, como a família e o trabalho, demonstra a importância de estudos que se dediquem às políticas linguísticas da televisão, do rádio e de outros meios de comunicação cada vez mais presentes na sociedade contemporânea.

Partindo de uma abordagem teórica diferente, Medeiros (2006) observou a existência de um padrão de fala característico do telejornalismo brasileiro, no qual a diversidade de sotaques regionais é suavizada em função do estabelecimento de um padrão construído a partir de traços fonológicos encontrados nas variedades presentes no eixo Rio-São Paulo. Para investigar as crenças de profissionais da mídia televisiva, ela entrevistou atores e jornalistas, que expressaram seus pontos de vista a respeito da necessidade ou não desse padrão. No presente trabalho, enfocaremos a presença dos sotaques no telejornalismo a partir da visão de política linguística proposta por Spolsky (2004, 2009, 2012), especificamente as políticas linguísticas percebidas (crenças e ideologias) por estudantes de Jornalismo em relação ao padrão estabelecido nesse domínio.

## 2. As vozes dos estudantes e as políticas linguísticas percebidas

As crenças acerca do sotaque no telejornalismo por parte dos nossos colaboradores (estudantes de Jornalismo) dividiram suas opiniões, o que nos rendeu os dados abaixo. Na análise dos textos elaborados pelos estudantes, identificamos três posicionamentos em relação à padronização da fala no telejornalismo: a favor (17 estudantes), contra (12 estudantes) e impreciso (04 estudantes). Esses posicionamentos foram posteriormente agrupados em categorias de crenças, conforme ilustrado no gráfico 01.

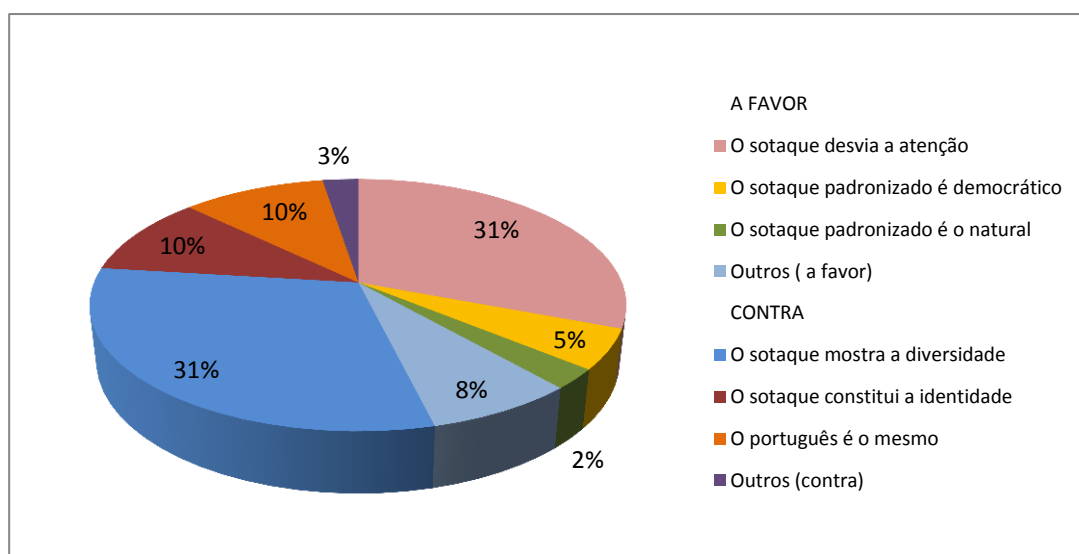


Gráfico 01 – Crenças sobre a padronização do sotaque no telejornalismo

As crenças recorrentes a favor da padronização do sotaque no telejornalismo são: desvio da atenção do telespectador, preservação do sotaque “natural” e padronização como valor democrático. Em relação à primeira, a crença de que a presença do sotaque no telejornalismo tira o foco das informações veiculadas nas notícias foi bastante frequente nos textos dos alunos. Parece-nos que, influenciados pela Teoria da Comunicação, segundo a qual a presença de “ruídos” interfere na transmissão da mensagem entre emissor (jornalista) e receptor (telespectador), os alunos identificam o sotaque como uma perturbação nesse

processo de comunicação ideal. O argumento utilizado pelos estudantes é que os telespectadores teriam uma tendência a concentrar a atenção nos sotaques em detrimento do conteúdo informativo das matérias, como ilustrado no excerto do C27:

*Como muitos jornalistas, eu acredito que o uso do sotaque durante a locução de uma notícia pode interferir na atenção dada pelos telespectadores a ela.*

*Um sotaque é imperceptível para o ouvinte nativo daquela região, porém soa diferente para pessoas de localidades diferentes. E é essa diferença que faz o ruído da notícia.*

*Por isso há a necessidade da limpeza, para que haja uma clareza das palavras independentemente da região do jornalista e dos seus ouvintes.<sup>8</sup>*

No discurso do colaborador, chama a atenção a sua inclusão como membro de uma comunidade jornalística para justificar sua crença, evidenciada na expressão “Como muitos jornalistas, eu acredito”. O sotaque é visto como um ruído que causaria distúrbio na transferência da mensagem do emissor para o receptor e a escolha lexical de “limpeza” está relacionada à padronização e, antagonicamente, há a associação entre sotaque e “sujeira”. Essa crença no desvio de atenção da notícia foi apresentada discursivamente de forma bastante enfática através de modalizadores como *se torna obrigatória a isenção do sotaque* (C05), *Para mim, é inegável e indiscutível que a presença de sotaques desvia a atenção do telespectador da matéria para o sotaque.* (C18) ou *Minha opinião é clara: acho completamente necessário a utilização de um padrão em relação a língua quando a informação deve ser a cena principal.* (C25) (grifos nossos).

Na visão dos estudantes, o sotaque causaria estranhamento pelo fato de o telespectador estar acostumado a ouvir a fala “padrão” dos jornalistas. Inclusive, é o que expressa o C33 quando afirma que: *É como se o cérebro do brasileiro estivesse programado para receber com aceitação o sotaque paulista, e é por esse motivo que eu acho importante manter essa padronização.* Embora se refiram a essa estranheza, é possível perceber que os alunos têm consciência de que seria possível o entendimento da notícia pelos telespectadores de diferentes regiões, contudo, não captariam toda a informação presente na notícia, pois o foco seria a observação da fala do jornalista.

Já em relação à segunda crença - a preservação do sotaque “natural” do jornalismo, esta se fundamenta na ideia de que o sotaque natural do jornalismo é a padronização. Tudo o que se afasta desse padrão elaborado causa estranheza, daí a necessidade de os jornalistas terem um acompanhamento fonoaudiológico contínuo e específico que reduza as marcas linguísticas regionais em suas falas. A crença compartilhada pelos estudantes é tão arraigada que o que eles consideram “natural” é, na verdade, um padrão criado, conforme pode ser visto nos excertos a seguir:

*Não necessariamente de forma preconceituosa, mas é natural do ser humano ter a sensação de estranhamento ou de curiosidade ao se deparar com algo diferente da sua realidade, do seu natural.* (C18)

---

<sup>8</sup> Não foram realizadas modificações nos excertos dos textos dos alunos que foram analisados.

*Se os sotaques estivessem presentes no nacional, só reconheceriam as pessoas que possuem o mesmo sotaque e seria natural somente para os mesmos. Não se tornaria incompreensível, mas não seria natural para todos.*  
(C21)

Lopes *et al* (2013) explica que a crença na naturalidade da fala jornalística advém da exposição do ouvinte, ao longo dos anos, ao padrão de fala telejornalístico, de maneira que o sotaque suavizado constitui-se uma das marcas desse estilo específico de fala. Isso gera expectativas e pode desencadear a atribuição de valores negativos a determinadas maneiras de falar, sendo fruto de um processo histórico, uma vez que já houve épocas nas quais a suavização (e, algumas vezes, a neutralização) do sotaque foi extremamente valorizada, o que disseminou um padrão de narração telejornalística, em rede, isento ou amenizado quanto às marcas regionais. Tal padrão também foi incorporado pelos telejornais locais em relação aos seus jornalistas e apresentadores.

A terceira crença a favor da padronização no telejornalismo é de considerá-la como uma atitude democrática que visa ao não privilégio de nenhuma variedade regional. Ela se fundamenta em um paradigma de que a democracia é construída a partir do apagamento das variedades, ao invés do reconhecimento da existência de uma pluralidade linguística, como está exemplificado a seguir:

*Não se trata de preconceito, porque a pauta não é compreensão. É uma questão de lógica e até mesmo de **democracia** [...]. Porém, a democratização parte do fato de ter a certeza de que todos estarão equiparados no quesito “atenção” a partir do momento em que a informação for iniciada.*  
(C25) (grifos nossos)

Destacamos, nesse excerto, que o argumento da democracia em favor da padronização é colocado em uma escala mais alta a partir do uso do operador argumentativo “até mesmo”. Ao usar essa estratégia, o aluno ressalta a democratização e minimiza o peso da crença de que o sotaque afeta a compreensão da notícia, bastante presente nos discursos dos outros informantes.

As crenças recorrentes contra a padronização do sotaque no telejornalismo são: valorização da diversidade linguístico-cultural, vinculação entre sotaque e identidade e homogeneidade da língua. Quanto à valorização da diversidade linguístico-cultural, os estudantes acreditam que a presença da diversidade de sotaques iria enriquecer o telejornalismo. É o que pensam, também, os profissionais entrevistados por Medeiros (2006), que defendem que há uma tendência contemporânea na televisão pela inserção de culturas diversas nos telejornais e telenovelas. Alguns colaboradores argumentam que essa variedade de sotaques teria um caráter educativo para a população, na medida em que o reconhecimento das diferentes variedades brasileiras promoveria a redução da intolerância e do preconceito linguísticos, conforme afirma o C23:

*Talvez, se esta variedade – utilizada em sua essência – estivesse ativa no jornal nacional de maior audiência, os telespectadores estivessem acostumados com tal diversidade de sotaques, excluindo o preconceito e*



*fazendo abrir os entendimentos de que tal fator não é outra coisa senão uma virtude da nação.*

É interessante destacar que a menção à presença das variedades linguísticas no telejornalismo é considerada como uma “virtude da nação”, ao mesmo tempo, tem-se que a padronização da fala dos jornalistas seria um defeito. Essa crença se contrapõe àquela que identifica na padronização um valor democrático, pois o que é democracia nesse caso é exatamente apresentar as diferenças, ao invés de camuflá-las. Essas afirmações estão ilustradas no trecho a seguir: *Então acho importante sim termos o sotaque de varias regiões, nos telejornais, principalmente os nacionais, mostrar que existe sim uma variedade linguística, para que todos nos possamos nos enxergar, ver que a variedade é respeitada.* (C22). O excerto faz referência ao sentido da visão (“enxergar”) quando menciona à padronização da fala, que, por sua vez, está eminentemente ligada ao ouvir, para ressaltar a importância da representação das diferenças linguísticas regionais que deveriam estar presentes no telejornalismo com a finalidade de mostrar as diferentes faces do Brasil, o que foi observado também nos seguintes excertos de outros colaboradores, tais como: *[...] é possível mostrar ao Brasil não só sua cara, mas suas línguas, que assim como ele são multicoloridas.* (C30), *para mostrar as varias caras do Brasil.* (C24).

Já a crença na vinculação entre sotaque e identidade, apoia-se na ideia de que a padronização camuflaria as identidades regionais e forçaria o jornalista a negar suas raízes, ou seja, os estudantes enxergam a identidade linguística pessoal como parte fundamental da identidade profissional e que, por isso, não deve ser modificada nem neutralizada. Essa crença é concomitante com a afirmação de Medeiros (2006, p. 71-72) sobre “a questão identidade coloca em confronto direto duas referências: a identidade regional e a identidade profissional. Ao mesmo tempo em que se vê como uma pessoa proveniente do lugar, o repórter local adota sempre uma entonação que é própria da TV”, como fica evidente nos trechos a seguir:

*O sotaque mostra de onde viemos e faz parte da nossa identidade cultural. Temos que garantir a manutenção das nossas tradições culturais a partir de ações como, por exemplo, não permitir que a padronização extermine nosso sotaque.* (C15)

*Não concordo com esse padrão linguístico da mídia, pois acredito que isso acaba destruindo toda uma construção cultural histórica e força o jornalista a esquecer sua própria identidade cultural e regional.* (C24)

Identificamos, nesses excertos, o valor semântico de conflito quando o jornalista não é autorizado a utilizar seu sotaque, principalmente através da escolha lexical dos termos “exterminar”, “destruir” e “forçar”. Os colaboradores que evidenciaram essa crença demonstram o quanto essa integração profissional do jornalista à comunidade, a partir da neutralização do sotaque individual, não é nada pacífica, ao contrário, se traduz em um rompimento com suas próprias origens. Por outro lado, a padronização da fala é vista por outros estudantes como uma atribuição do trabalho do jornalista, portanto, intimamente relacionada à sua identidade profissional, ao passo que o uso do sotaque regional está atrelado à sua identidade pessoal. Essa identidade profissional é construída pelas forças centrípetas que constituem a comunidade jornalística.

*É evidente que cada pessoa tem o direito de se expressar da forma que ela desejar. A presença do sotaque carrega consigo uma identidade, o que para mim é aceitável e interessante manter. [...] Eu acredito que uma padronização do sotaque seja necessária, primeiramente por ser normal de qualquer local de trabalho estabelecer regras. (C19)*

Priolli (2000, p. 14-15 *apud* ALMEIDA, 2012, p.04), em um trabalho que busca marcar a identidade brasileira através da imagem televisiva, entende que considerar a unidade do sotaque como representação, mesmo que de uma categoria profissional, “impõe uma determinada noção de identidade nacional e impede o acesso de outras identidades.” O autor ainda considera que o padrão adotado pelo telejornalismo brasileiro, em geral, é um “recorte feito a partir do sudeste branco, que fala para o Brasil, (...) em nome do Brasil, como se fosse todo o Brasil”.

A terceira crença contra a padronização do sotaque no telejornalismo é a de que a homogeneidade do português. Alguns estudantes, a nosso ver, parecem acreditar na existência de um “sistema” que não é afetado pelas diferentes realizações da fala. Sendo assim, a presença de diferentes sotaques no telejornalismo não interferiria na compreensão das notícias, conforme exemplificado nos trechos abaixo:

*Minha opinião sobre a presença do sotaque no telejornalismo brasileiro é de que não deveria existir um padrão, porque se falamos a mesma língua é evidente que vamos entender o que pessoas que não falam com o mesmo sotaque estão querendo dizer. (C11)*

*A notícia será igualmente compreendida por qualquer que seja a naturalidade do repórter, afinal o português é o mesmo. (C31)*

*Vale lembrar que esses profissionais tem como base a gramática da Língua Portuguesa, onde todas as pessoas conhecem a estrutura geral das palavras, mas de acordo com os lugares de nascimento e pronúncia se modifica, por motivos históricos. (C32)*

Essa crença também se contrapõe àquela de que o sotaque desviaria a atenção do telespectador da notícia, pois a unidade da língua não é alterada, seja porque “os profissionais tem como base a gramática da Língua Portuguesa” (C32), seja porque “o português é o mesmo” (C31) ou porque “falamos a mesma língua” (C11).

Por fim, um pequeno grupo dos estudantes que colaboraram com nossa pesquisa foram imprecisos quanto ao posicionamento frente ao uso de sotaques no telejornalismo. A indefinição deste grupo é marcada pelo concordância em relação à utilização ou não do sotaque a partir da veiculação de notícias locais ou nacionais, bem como a suavização em detrimento da padronização. Quanto ao primeiro fator, defendem o uso do padrão jornalístico, quando a veiculação da notícia se dá no âmbito nacional, apresentando argumentos do tipo: *Os jornalistas dos noticiários nacionais devem sim procurar a neutralidade da voz, em contra partida. Porque é a cobertura de todo um país. Seria incoerente, por exemplo, usar sotaque pernambucano para noticiar aos cidadãos do Rio Grande do Sul (C13)*. Já a presença do sotaque é defendida quando o jornalista atua no âmbito local, apresentando notícias da região. Para os estudantes que deixaram evidente essa crença, eles acreditam que o telespectador já está acostumado com o seu próprio sotaque e se reconhece ao percebê-lo na TV. O discurso do C21 ilustra essa crença: *É possível continuar [com o uso do sotaque] no local, nos jornais*

*locais, pois será natural para aqueles que falam da mesma maneira. Quanto ao segundo fator, o da suavização em detrimento da padronização, marca um interesse pela harmonia entre a preservação de uma identidade e a veiculação da notícia sem “ruídos”, crenças já relatadas acima, no entanto se contrapondo, o que não é o caso do C29 que considera a possibilidade dessa relação harmoniosa:*

*O sotaque deve estar presente no telejornalismo, mas não de uma forma “carregada”. O jornalista deve preservar como falar naturalmente, numa conversa cotidiana. E sem utilizar expressões características de sua região. Não deve haver uma padronização do sotaque, mas uma suavização no sotaque de cada profissional.*

*Outro ponto é que a utilização do sotaque na TV de forma muito carregada faz com que o telespectador preste mais atenção ao sotaque em si do que na própria notícia.*

A nosso ver, a suavização proposta pelo colaborador caracteriza uma forma de padronização da fala e essa proposta mediadora acaba por favorecer um uso de uma “variedade” que não é característica de nenhuma região do país.

## Conclusão

Este trabalho teve como objetivo investigar as políticas linguísticas percebidas dos estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em relação ao uso do sotaque no telejornalismo. Para tanto, utilizamos a noção teórica de política linguística desenvolvida por Spolsky (2004, 2009, 2012), enfocando a dimensão das crenças e ideologias. A partir da escrita de um texto argumentativo pelos alunos do curso de Jornalismo da UFPB sobre a padronização do sotaque no telejornalismo brasileiro, foi possível identificar três posicionamentos: a favor, contra e impreciso.

As categorias de crenças identificadas a favor da padronização foram: desvio da atenção do telespectador, preservação do sotaque “natural” do jornalismo e padronização como valor democrático. Já as categorias contra a padronização identificadas foram: valorização da diversidade linguístico-cultural, vinculação entre sotaque e identidade e o português é o mesmo. Ainda percebemos crenças que variavam na aceitação/negação do sotaque no telejornalismo, considerando o âmbito de veiculação da notícia (local ou nacional) e crenças em defesa de uma suavização do sotaque em detrimento da padronização.

A análise e categorização das crenças nos permitiu, além de percebê-las separadamente, constatar que elas estão relacionados, seja complementando diferentes crenças ou contrapondo-as. Um exemplo da primeira situação é a relação da crença de que o sotaque desvia a atenção porque causa “ruído” e esse desvio de atenção acontece em virtude da crença que o sotaque foge da padronização natural da fala jornalística. Ou, ainda, como contraponto, a valorização da diversidade linguística rechaça a padronização por um valor democrático.

Com isso, destacamos que as políticas linguísticas percebidas em relação ao sotaque no telejornalismo são marcadas pelo papel social que cada colaborador ocupa. Ou seja, no papel social de alunos, no domínio acadêmico (universitário), muitos colaboradores posicionaram-se contra a padronização. No entanto, a convicção da necessidade de uma padronização como norma da profissão demonstra a influência que o domínio mídia já oferece aos seus futuros profissionais, pois a mídia constrói e fomenta crenças. É ainda válido expor que, como atividade seguinte da disciplina Redação e Expressão Oral II, os mesmos colaboradores entrevistaram jornalistas renomados no Estado da Paraíba e muitos daqueles que foram contra a padronização do sotaque mostraram-se condicionados a mudar seu posicionamento, demonstrando, assim, como as crenças não são estáveis.

## Referências bibliográficas

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 55ª ed. Loyola: São Paulo, 2013.
- BONACINA-PUGH, F. Researching ‘practiced language policies’: insights from conversation analysis. *Language Policy*, p. 213-234, 2012.
- CALVET, L-J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- COOPER, R. L. Definitions: a baker’s dozen. In: \_\_\_\_\_. *Planning and social change*. New York: Cambridge, 1989.
- CORMACK, M. J.; HOURIGAN, N. (Orgs.). *Minority language media: concepts, critiques and case studies*. Clevedon: Multilingual matters, 2007.
- COSTA, C. C. B. *A tv, o outro e o mesmo: figuras da alteridade no jornal hoje da Rede Globo*. Anais do V ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBa: Salvador. Maio de 2009.
- JOHNSON, D. C. *Language policy*. New York: Palgrave Macmillian, 2013.
- JOHNSON, E. War in the media: Metaphors, ideology, and the formation of language policy. *Bilingual Research Journal*, v. 29, n. 3, p. 621-640, 2005.
- KELLY-HOLMES, H.; MORIARTY, M.; PIETIKÄINEN, S. Convergence and divergence in Basque, Irish and Sámi media language policing. *Language Policy*, v. 8, n. 3, p. 227-242, 2009.
- LEITE, M. Q. *Preconceito e intolerância na língua*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LOPES, L. W. *et al.* Sotaque e telejornalismo: evidências para a prática fonoaudiológica. *CoDAS*, v. 25, p. 475-481, 2013
- MEDEIROS, A. L. *Sotaques na tv*. São Paulo: Annablume, 2006.
- RICENTO, T. (org.). *An introduction to language policy: theory and method*. MA/USA: Blackwell Publishing Ltd, 2006.
- SCHIFFMAN, H. Language policy and linguistic culture. In: RICENTO, Thomas (org.). *An introduction to language policy: theory and method*. MA/USA: Blackwell Publishing Ltd, 2006.
- SCOPARO, T. R. M. T.; MIQUELETTI, E. A. Variação linguística: língua portuguesa e o preconceito na mídia. *Vocábulo*, v. VI, p. 01-21, 2014.
- SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. New York: Routledge, 2006.
- SILVA, E. R. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, nº (52.2): 289-320, jul./dez. 2013.
- SOUSA, S. C. T. *Política e planejamento linguístico: Uma análise dos temas recorrentes em pesquisas no Brasil*, 2014. (no prelo)
- SOUSA, S. C. T.; MORAIS, F. A.; DIONÍSIO, C. I. B. A dimensão política da língua: uma ilustração das políticas linguísticas no Brasil, *Revista da Abralin*, 2014. (no prelo)
- SPOLSKY, B. *Language policy: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. *The Cambridge handbook of language policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.